



PLENÁRIO

Em sessão marcada para as 14h30, senadores votam indicações para o Tribunal de Contas da União e para o Conselho Administrativo de Defesa Econômica.

CCJ

Hamilton Carvalho, indicado para ministro do Superior Tribunal de Justiça, será sabatinado a partir de 10h pela Comissão de Justiça.

CAS

Projeto de lei que prevê gratuidade de transporte para idosos está na pauta da Comissão de Assuntos Sociais, que se reúne a partir de 10h.

NORDESTE

Senadores do Nordeste se reúnem, às 11h, com o superintendente da Sudene, Aloisio Sotero, para discutir os problemas da região.

ISRAEL

Serão entregues às 18h30 prêmios aos três primeiros colocados no concurso de monografia em comemoração ao 50º aniversário de Israel.

PÁGINA 2



Ao lado do presidente da Câmara, Antonio Carlos, o presidente do PFL, Jorge Bornhausen, na entrega do Prêmio Luís Eduardo Magalhães. Compareceram várias lideranças políticas, entre elas o vice-presidente da República

ACM prevê melhoria da Justiça com a CPI

“O que for preciso extinguir, extingue-se; o que for melhor reformar para produzir bem, reforma-se”, diz o presidente do Senado, ao anunciar entendimentos com lideranças partidárias



O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, esclareceu ontem que a CPI destinada a investigar denúncias no Poder Judiciário vai apontar, também, alternativas construtivas de melhor funcionamento da Justiça. Antonio Carlos informou já ter mantido conversas nesse sentido com lideranças partidárias. “O que for preciso extinguir, extingue-se; o que for melhor reformar para produzir bem, reforma-se”, afirmou. O importante, como observou o presidente do Senado, é ter “um Judiciário ágil e mais justo”. Antonio Carlos participou ontem da solenidade de entrega do Prêmio Luís Eduardo Magalhães de incentivo à juventude acadêmica, conferido pelo Instituto Tancredo Neves.

Asituação dos estados diante da crise econômica foi tema de discursos de senadores de diferentes partidos ontem, no plenário. Marina Silva, líder do Bloco Oposição, conclamou o Senado a exercer seu direito constitucional de liderar as discussões sobre o pacto federativo. Paulo Hartung manifestou seu apoio à

urgência no debate e aprovação da Lei de Responsabilidade Fiscal. Em aparte a Hartung, Ronaldo Cunha Lima pediu ao governo federal tratamento equânime para os municípios do Nordeste com relação à renegociação das respectivas dívidas. Eduardo Siqueira Campos pleiteou compensação aos estados que têm cumprido suas obrigações.

PÁGINA 5

PÁGINA 3

Plenário vota nomes para Cade e TCU

Senadores decidem hoje se Walton Rodrigues poderá tornar-se ministro do Tribunal de Contas e se Amauri Serralvo e João Bosco Leopoldino integrarão conselho do Ministério da Justiça

O plenário do Senado vota hoje três indicações do presidente da República para o Tribunal de Contas da União (TCU) e para o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade). Walton Alencar Rodrigues poderá tornar-se ministro do TCU, enquanto João Bosco Leopoldino da Fonseca e Amauri Serralvo foram indicados, respectivamente, para conselheiro e procurador-geral do Cade.

Ainda hoje, o plenário votará projetos que renovam a concessão da TV Educativa de São Paulo e da Rádio e Televisão Tapajós, de Santarém (PA).

Transcorre também hoje, o segundo dia de discussão, em segundo turno, da proposta de emenda constitucional que cria os juizados especiais na Justiça Federal, também conhecidos como juizados de pequenas causas. A votação final está marcada para amanhã e, se aprovada, a emenda será promulgada pelas mesas do Senado e da Câmara.

CCJ sabatina indicado para ministro do STJ

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), presidida pelo senador José Agripino (PFL-RN), sabatina hoje, às 10h, o procurador-geral de Justiça do Rio de Janeiro, Hamilton Carvalhido, indicado pelo presidente da República para ocupar cadeira no Superior Tribunal de Justiça (STJ). O parecer sobre a matéria será apresentado pelo senador Bernardo Cabral (PFL-AM).

Após a análise da CCJ, a indicação será apreciada pelo plenário do Senado. Caso seja aprovado, o procurador-geral ocupará no STJ a vaga deixada pela aposentadoria do ministro José Fernandes Dantas. O indicado está no Ministério Público do Rio desde 1966 e é presidente do Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais de Justiça do Brasil.

Entre as atribuições do STJ, o segundo tribunal na hierarquia do Poder Judiciário brasileiro, destacam-se a competência para julgar governadores de estado por crimes comuns, além de resolver casos de conflitos de atribuições entre autoridades administrativas e judiciárias da União.



Hoje ocorre o segundo dia de discussão em segundo turno do projeto que cria juizados especiais na Justiça Federal. Votação será amanhã

Encontro reúne senadores e superintendente da Sudene

Com o objetivo de analisar a situação do Nordeste, parlamentares da região se reúnem hoje, às 11 horas, na sala 2 da Ala Senador Nilo Coelho com o superintendente da Sudene, Aloisio Sotero. O encontro, coordenado pelos senadores José Agripino (PFL-RN) e Freitas Neto (PFL-PI), foi marcado a pedido do próprio superintendente, que deseja trocar idéias com parlamentares a respeito de sua gestão à frente da Sudene e dos problemas nordestinos.



José Agripino



Freitas Neto

Monografias sobre 50 anos de Israel

Em solenidade a realizar-se hoje, às 18h30, no Salão Negro, serão entregues os prêmios aos três primeiros colocados no Concurso Nacional de Monografia em comemoração ao Cinquentenário da Proclamação do Estado de Israel. O concurso foi promovido pelo Movimento Cristão do Brasil com o apoio do Grupo Parlamentar Brasil-Israel (presidido pelo senador Bernardo Cabral), da Câmara dos Deputados e da Confederação Israelita do Brasil. Os vencedores receberão passagens e hospedagens gratuitas durante dez dias com acompanhante à Terra Santa.

Fogaça fala de imunidade na TV

A TV Senado apresenta hoje, às 9h30, 12h30, 18h30 e 20h30, entrevista com o senador José Fogaça (PMDB-RS) sobre proposta que altera a imunidade parlamentar. Pela emenda do senador, o Congresso Nacional terá 120 dias para a concessão da licença necessária para que o parlamentar possa responder a processo. Hoje, o STF pede a licença mas não existe prazo para que o pedido seja analisado. Segundo Fogaça, a imunidade é um instrumento de todos os países democráticos, "é a liberdade de não ser preso e de poder falar sem sofrer ameaça".

CAS discute agenda para os próximos dois anos

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) reúne-se hoje, às 10h, sob a presidência do senador Osmar Dias (PSDB-PR), para discutir a agenda da comissão para o biênio 1999/2000. Além desse tema, outros três assuntos compõem a pauta da reunião, incluindo projeto de lei que dispõe sobre a gratuidade de transporte para idosos. A matéria foi relatada pelo senador Leomar Quintanilha (PPB-TO), obtendo parecer favorável.

Também será analisada sugestão do senador Romero Jucá (PSDB-RR) propondo a criação de uma subcomissão mista temporária destinada a estudar e consolidar a legislação agrária, agrícola e do meio ambiente. Além da CAS, o senador quer que as comissões de Assuntos Econômicos e de Constituição, Justiça e Cidadania integrem a subcomissão.



Osmar Dias

AGENDA

QUARTA-FEIRA, 17 DE MARÇO DE 1999

Antonio Carlos Magalhães
Presidente

- ▶ 11h - Recebe Tae-Young Park, ministro do Comércio, Indústria e Energia da República da Coreia.
- ▶ 15h30 - Preside sessão deliberativa ordinária.

PLENÁRIO

- ▶ 14h30 - Sessão deliberativa ordinária
Pauta: Segundo dia de discussão, em segundo turno, da *PEC Nº 1/99, que acrescenta parágrafo único ao art. 98 e altera as alíneas "i" do inciso I do art. 102 e "c" do inciso I do art. 105 da Constituição federal (criação de juizados especiais federais); *PDL nº 31/98, que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio e Televisão Tapajós Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Santarém (PA); *PDL nº 34/98, que aprova o ato que renova a concessão deferida à Fundação Padre Anchieta - Centro Paulista de Rádio e TV Educativas para explorar serviço de radiodifusão educativa de sons e imagens na cidade de São Paulo (SP); *Parecer nº 96-A/99, sobre a Mensagem nº 59/99 (nº 124/99, na origem), pela qual o presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha de Amauri Serralvo, para exercer o cargo de procurador-geral do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - Cade; *Parecer nº 97/99, sobre a Mensagem nº 60/99, pela qual o presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha de João Bosco Leopoldino da Fonseca, para exercer o cargo de conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - Cade; e *Parecer nº 98/99, sobre a Mensagem nº 64/99 (nº 150/99, na origem), pela qual o presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha de Walton Alencar Rodrigues para exercer o cargo de ministro do Tribunal de Contas da União.

COMISSÕES

- ▶ 10h - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania
Pauta: *Mensagem nº 65/99, que submete à aprovação do Senado Federal a escolha de Hamilton Carvalhido para compor o Superior Tribunal de Justiça, na vaga destinada a membro do Ministério Público, decorrente da aposentadoria do ministro José Fernandes Dantas. *Ala Senador Alexandre Costa - sala 5.*
- ▶ 10h - Comissão de Assuntos Sociais
Pauta: *PLC nº 10/98, que dispõe sobre a gratuidade de transporte de idosos; emenda apresentada pela Câmara dos Deputados ao *PLS nº 307/95, que altera a redação do art. 4º do Decreto-Lei nº 972/69, o qual dispõe sobre o exercício da profissão de jornalista; *Indicação nº 6/95, sugerindo que a Comissão de Assuntos Econômicos, a Comissão de Assuntos Sociais e a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em conjunto, criem uma subcomissão mista, temporária, para estudar e consolidar a legislação agrária, agrícola e do meio ambiente; e *discussão da agenda social da comissão para o biênio 1999/2000. *Ala Senador Alexandre Costa - sala 9.*

ESPECIAL

- ▶ 12h - Cultura ao Meio-Dia
Filme: *Elisa, Minha Vida (Elisa, Vida Mia)*, de Carlos Saura. *Audatório Petrônio Portella.*

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (061) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo
2º Vice-Presidente: Ademir Andrade
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
2º Secretário: Carlos Patrocínio
3º Secretário: Nabor Júnior
4º Secretário: Casildo Maldaner
Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúdio Coelho
Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios
Diretor do Jornal do Senado: Flávio de Mattos
Diretor da Agência Senado: José do Carmo Andrade
Editor-Chefe: Djalba Lima

Editores: Marcos Magalhães, Mariuza Vaz, Sylvio Guedes, João Carlos Ferreira da Silva e Sylvio Costa
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda
Revisão: Lindolfo Amaral, Maria das Graças Aureliano e Miqueas Dantas de Moraes
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Roosevelt Pinheiro, Waldemir Rodrigues, José Cruz e Jane Araújo
Arte: Clóvis Júnior

O noticiário do Jornal do Senado é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
15º e 16º andares
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Renovadas concessões de duas emissoras de rádio

A Rádio Barriga Verde, de Florianópolis (SC), poderá funcionar por mais dez anos. O projeto de decreto legislativo que renova a permissão foi aprovado ontem pelo plenário do Senado, por 50 votos favoráveis e 11 abstenções, acompanhando recomendação feita pelo relator da matéria na Comissão de Educação, o então senador Joel de Hollanda (PFL-PE). Também foi aprovada a renovação de funcionamento da Rádio Sertão Central, da cidade de Senador Pompeu (CE), por 53 votos a favor, dez abstenções e um contra. O projeto contou com parecer favorável do então senador João França (PPB-RR), relator na Comissão de Educação.

Antonio Carlos considera necessária criação de CPI sobre o Poder Judiciário

Comissão parlamentar de inquérito, segundo o senador, poderia ajudar a apontar alternativas “construtivas” para o melhor funcionamento da Justiça

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, confirmou ontem que considera necessária a instalação de uma comissão parlamentar de inquérito (CPI) destinada a investigar denúncias de irregularidades e corrupção no Poder Judiciário, além de apontar alternativas construtivas de melhor funcionamento da Justiça:

– Já conversei com lideranças partidárias e há o interesse de se fazer a CPI que, ao contrário do que se pensa, é construtiva, visa chegar a conclusões. O que for preciso extinguir, extingue-se; o que for melhor reformar para produzir bem, reforma-se. O importante é ter um Judiciário ágil e mais justo porque a Justiça nem sempre é distribuída e, às vezes, a Justiça que tarda é até injusta. Além disso, há uma grande corrupção em várias áreas do Judiciário – disse.

O senador avisou que não cede a pressões:

– Não adianta ameaça comigo. Meu destino é servir ao meu país e eu vou servir ao país, aconteça o que acontecer – garantiu. Antonio Carlos informou já ter coletado

elementos suficientes para sustentar o requerimento de convocação da comissão, pretendendo apresentá-los em discurso de plenário no qual abordará “as mazelas do Judiciário”, com destaque para o empreguismo e o desperdício de dinheiro público.

– É uma coisa muito séria. A Justiça não pode continuar impune diante dos crimes que pratica – afirmou.

O presidente do Senado acusou o Judiciário de expandir desnecessariamente os gastos de pessoal, enquanto os outros poderes, inclusive o Legislativo, esforçam-se para conter as despesas:

– A folha de pagamento do Legislativo, a rigor, deveria até ter diminuído, pois nós reduzimos o número de funcionários da Casa. No Senado, por exemplo,



Antonio Carlos condenou a expansão dos gastos com pessoal e lembrou austeridade do Senado

baixamos de três mil e tantos para um mil e poucos, e continuamos a atuação nesse sentido. Agora, é óbvio que há um crescimento vegetativo; porém, no Judiciário o crescimento foi muito grande. Por isso é necessária a CPI que vai perquirir todas as causas – disse.

O senador enfatizou que a CPI terá também um lado construtivo:

– Não é só para investigar o nepotismo e a corrupção, mas também os mei-

os de fazer uma boa estrutura de funcionamento para o Judiciário, até de comum acordo com a avaliação de seus membros – ponderou.

Antonio Carlos voltou a defender a extinção da Justiça do Trabalho e da Militar, mas também elogiou setores do Judiciário que cumprem bem seu papel:

– É preciso que a Justiça do país entre nos trilhos. Se o Supremo Tribunal Federal atua bem, por que os outros não fazem o mesmo? – indagou.

O senador informou já ter recebido “milhares” de manifestações de apoio a sua iniciativa, “inclusive de pessoas da Justiça do Trabalho que querem que o país dê certo e não querem viver do privilégio, como alguns que estão aqui em Brasília”.

Sobre a tramitação de projeto que mantém a figura do juiz classista na primeira instância, extinguindo-a nas superiores, Antonio Carlos respondeu que sustenta tese diferente, que é a extinção não só do juiz classista como também do Tribunal do Trabalho.

Reforma política terá prioridade

O compromisso com a aprovação da reforma política foi confirmado ontem pelo presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, que também pretende promover a votação da reforma tributária e da proposta de limitação da imunidade parlamentar.

– Precisamos votar as reformas com rapidez, e também a imunidade parla-

mentar, para poder limitar este instituto ao que é razoável – afirmou.

O senador disse que todas as propostas em tramitação serão aproveitadas, mas que é preciso agilizar o processo de votação, para que tudo seja concluído neste ano. Antonio Carlos reconheceu, porém, que será difícil restringir a discussão a pontos predeterminados pelo governo:

– Se fosse possível restringir a reforma política a pontos, seria mais rápido, mas não se pode evitar que surjam outros temas – ponderou.

Antonio Carlos recebeu à noite a visita do técnico da seleção brasileira, Vanderley Luxemburgo, que lhe pediu apoio para a realização no Brasil da Copa do Mundo de 2006.

A comissão aprovou pareceres favoráveis a sete acordos internacionais



CRE aprova Celso Amorim para chefe de delegação em Genebra

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), presidida pelo senador José Sarney (PMDB-AP), aprovou ontem, por unanimidade, a indicação do ministro de primeira classe Celso Luiz Nunes Amorim para o cargo de embaixador-chefe da Delegação Permanente do Brasil em Genebra, Suíça. A mensagem de indicação será submetida agora à deliberação do plenário.

José Sarney disse que a delegação brasileira em Genebra é muito importante porque representa os interesses do país na Organização Mundial do Comércio (OMC), uma organização que regula o comércio internacional e resolve os conflitos entre os países para evitar discriminações.

O embaixador Celso Amorim foi ministro das Relações Exteriores de 1993 a 1994 e chefiava a missão do Brasil junto às Nações Unidas desde 1995. De acordo com o indicado, a delegação em Genebra representa o Brasil em diversos organismos e fóruns internacionais sediados naquela cidade, como a Organização Internacional do Trabalho (OIT), a Comis-

são de Direitos Humanos e a Conferência sobre Desarmamento, além da OMC.

A CRE também aprovou pareceres favoráveis a sete acordos internacionais que tratam de serviços aéreos entre Brasil e Hungria; combate ao narcotráfico e ao contrabando de armas entre Paraguai e Brasil; criação da Comissão de Cooperação e Desenvolvimento Fronteiriço entre Brasil e Argentina; isenção parcial de visto entre Tailândia e Brasil; prevenção e punição de crimes contra pessoas que gozam de proteção internacional, inclusive agentes diplomáticos; acordo comercial entre Brasil e Indonésia; e o Convênio Interamericano sobre permissão internacional de radioamador.

O senador Bernardo Cabral (PFL-AM) destacou o “trabalho meritório” prestado pelo radioamadorismo no Brasil quando ainda não havia um sistema de telecomunicações que integrasse todo o país. O senador revelou que, ainda hoje, os radioamadores prestam grandes serviços na Amazônia. Os acordos apreciados pela CRE irão ainda a votação no plenário.

Brasil deve ter esperança para superar problemas, diz senador

Durante cerimônia de entrega do Prêmio Luís Eduardo Magalhães, de incentivo à juventude acadêmica, conferido neste ano pela primeira vez, pelo Instituto Tancredo Neves, do PFL, o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, fez ontem um paralelo entre sua situação pessoal, na data em que seu filho completaria 44 anos, se estivesse vivo, e a situação do país:

– Da mesma forma como preciso manter a fé e a esperança, para superar o grande sofrimento da perda do Luís Eduardo, o Brasil também precisa ter esperança, para resolver seus problemas – disse.

O senador lembrou as qualidades do filho, que aliava a firmeza das convicções ao espírito de conciliação que o transformou num grande articulador político.

– O governador Mário Covas uma vez disse que, ao chegar aqui, ele era apenas

o filho do Antonio Carlos, mas, no final, eu é que era o pai do Luís Eduardo. Ele sempre me superou em tudo. Éramos amigos e conselheiros recíprocos, mas ele me influenciou muito mais do que eu a ele – observou.

Emocionado, o senador ouviu os pronunciamentos do vice-presidente da República, Marco Maciel, do presidente da Câmara, deputado Michel Temer, do presidente do PFL, senador Jorge Bornhausen, e do diretor de Relações Internacionais do Instituto Tancredo Neves, deputado Manoel Castro, que exaltaram as qualidades pessoais e de homem público de Luís Eduardo, destacando sempre seu papel fundamental na luta pela aprovação das reformas.

A primeira colocada no concurso, Valeska Andrade Rodrigues, caracterizou Luís Eduardo como “um homem do final

do século, que fez da concórdia a razão de ser de sua vida pública”, e recebeu o prêmio das mãos do vice-presidente da República, Marco Maciel. Os outros dois premiados foram Flávio Henrique de Nassau e Mauro Suga.

Compareceram à solenidade, realizada no Espaço Cultural da Câmara, os líderes do PFL, senador Hugo Napoleão e deputado Inocêncio de Oliveira; o presidente do Instituto Tancredo Neves, deputado Vilmar Rocha; os ministros de Minas e Energia, Rodolpho Tourinho; do Turismo e Esporte, Rafael Greca, e da Previdência, Waldeck Ornelas; o governador da Bahia, César Borges, além de parlamentares, autoridades, amigos e funcionários que trabalharam com Luís Eduardo como deputado e na presidência da Câmara.

Arlindo Porto pede reforma tributária permanente

País não pode conviver com impostos provisórios, diz o senador, ao condenar política econômica “baseada no emergencial”

A adoção de políticas ou medidas tributárias isoladas, contraditórias e contra-producentes, que aumentam as disparidades entre os setores econômicos, deve ser evitada pelos parlamentares, defendeu ontem o senador Arlindo Porto (PTB-MG), em apelo feito aos congressistas. Para ele, o déficit público – “fator principal da crise por que passa o país e, por consequência, estados, municípios, empresas e trabalhadores” – é a outra face da questão tributária, cuja reforma se impõe com urgência, para desonerar o setor produtivo e estimular o desenvolvimento e a geração de empregos.

– O país não pode conviver com políticas econômicas provisórias, de contribuições provisórias, de acordos provisórios e de alguns impostos que de provisórios se transformam em permanentes – argumentou.

A atual política econômica, baseada “no eventual, no emergencial, no episódico, na improvisação”, carece de uma reforma tributária que estabeleça regras permanentes de geração e distribuição de receitas. Nesse sentido, segundo o senador, um novo pacto federativo, definindo encargos, responsabilidades e direitos da União, estados e municípios, depende diretamente da reforma tributária.

Entre as incoerências decorrentes do improviso adotado pelo governo à falta

de uma reforma tributária, Arlindo Porto salientou as propostas de modificação da Lei Kandir, a redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para o setor automotivo e a desoneração da importação de produtos agropecuários.

Revogar ou mutilar a Lei Kandir, na opinião do senador, equivaleria a recriar o imposto para exportação de produtos primários, “justamente na atual conjuntura, em que a agricultura se apresenta como o segmento mais promissor na absorção de mão-de-obra e na geração de preciosos excedentes cambiais”.

Desonerar a importação de produtos agropecuários, como “certos setores estão cogitando”, após os altos custos e a concorrência desleal sofridos pelos produtores nos quatro anos de Plano Real, acrescentou Arlindo Porto, seria submeter a agricultura “a outro improviso tributário”.

Quando à redução do IPI para desafogar os pátios das montadoras, o senador considerou que os argumentos em prol da medida “são, como sempre, louváveis”, embora acordos anteriores seme-



Porto quer definir regras de geração e distribuição de receitas

lhantes não tenham resultado no aumento de empregos prometido, apesar de terem promovido aumento de vendas. Se a ideia é tão boa, acrescentou, “por que não transformar em definitiva essa proposta de redução de impostos?” Mais ainda, continuou o senador, por que não estendê-la aos setores de máquinas e equipamentos agrícolas, de bens de consumo duráveis e de equipamentos médicos e hospitalares?

Em aparte, o senador Antero de Barros (PSDB-MT) enfatizou a necessidade de manter a desoneração de exportações para o setor produtivo, estabelecida pela Lei Kandir. As mudanças que estão sendo discutidas na lei visam, a seu ver, evitar maiores perdas para os estados, que “não podem ser financiadores do balanço de pagamentos”.

Ao elogiar o pronunciamento de Porto, José Alencar (PMDB-MG) apontou a necessidade de dar condições de competição aos produtores nacionais, como as que são garantidas aos produtores americanos e europeus por seus respectivos governos.

Suplicy solicita cópia de acordo com FMI

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) solicitou ontem ao presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, que envie comunicação ao ministro da Fazenda pedindo a remessa, ao Senado, das novas cláusulas do acordo acertado há poucos dias entre o governo brasileiro e o Fundo Monetário Internacional.

Antonio Carlos Magalhães informou que a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) irá se manifestar sobre a necessidade ou não de nova votação do acordo com o FMI por parte do plenário do Senado. Para isso, de acordo com o presidente, o Ministério da Fazenda terá de enviar informações para que a CCJ tome a decisão.

Suplicy voltou a opinar que os senadores devem apreciar o acordo novamente, porque “foram feitas alterações substanciais”. Citou, entre outros pontos, que o acordo votado previa a manutenção da política de “bandas cambiais”, as quais foram eliminadas no início deste ano, com a flutuação do câmbio.

Saturnino condena IOF menor para capitais de curto prazo

A “máfia” de especuladores que atua no mercado internacional obteve na segunda-feira mais um ganho do governo brasileiro, segundo afirmou ontem o senador Roberto Saturnino (PSB-RJ). A redução do Imposto de Operações Financeiras (IOF) de 2% para 0,5% beneficia os capitais estrangeiros de curto prazo, o que, na opinião do senador, representa mais um passo na “marcha da insensatez” que é transformar o país num grande paraíso fiscal.

– Os capitais altamente especulativos podem agora ficar poucas horas no Brasil e obter lucros – reiterou.

Segundo Roberto Saturnino, “vozes de bom senso” defenderam o retorno ao índice de IOF anteriormente aplicado a capitais especulativos – de 7% –, para obrigá-los a um mínimo de permanência no Brasil. Mas foi a lógica da insensatez e do interesse do capital financeiro que prevaleceu, a mesma lógica que determina a tributação de aposentados, afirmou.

A redução do IOF soma-se à isenção do Imposto de Renda de que desfrutam os mesmos capitais, assinalou ainda o senador.

Nessa marcha, continuou Saturnino, logo o Brasil estará concretizan-



Roberto Saturnino vê o Brasil a caminho de se tornar um paraíso fiscal

do a sugestão de Michel Camdessus, do FMI, para quem os países da América Latina deveriam adotar o dólar como moeda nacional.

Heloísa acusa FHC de descumprir Constituição

A senadora Heloísa Helena (PT-AL) disse ontem que o presidente Fernando Henrique Cardoso incorre em crimes de responsabilidade, pelo fato de a sua política econômica não estar cumprindo a Constituição federal, ao deixar de garantir os direitos individuais e sociais ali previstos.

– Está aqui na Constituição, no artigo 85. São crimes de responsabilidade os atos do presidente da República que atentem contra a Constituição, contra o exercício dos direitos políticos individuais e sociais, além do trecho que fala do cumprimento da lei – afirmou.

A senadora afirmou que a inviolabilidade do direito à vida está sendo desrespeitada, uma vez que “pessoas estão sendo assassinadas pela política econômica e pela subserviência à comunidade internacional”. Heloísa Helena comparou alguns dos direitos sociais assegurados pela Constituição, como educação e saúde, com a realidade do analfabetismo, dos cortes na merenda escolar, da mortalidade infantil por diarreia e do

desemprego em massa.

Heloísa Helena cobrou uma ação efetiva do Senado no sentido de solucionar os problemas decorrentes da seca, como a miséria, a fome, e a mortalidade infantil.

– Imagine qualquer pessoa de bom senso olhando a nossa atividade cotidiana. Ora, se parlamentares, tanto da situação quanto da oposição, falam, criticam os cortes em áreas sociais, como é que a gente não chega a alguma alternativa? – questionou.

Heloísa Helena ressaltou que os senadores têm a obrigação de apresentar alternativas ao país.

– A maioria dos senadores mostra a sua indignação, vai à tribuna dizendo que não aceita cortes sociais, faz até discurso contra o FMI, mas qual é a nossa ação concreta em relação aos cortes? Duvido! Como se diz no interior: duvi-de-o-dó que, se um dia o Senado todo se juntasse, não impediria essa barbárie que está sendo patrocinada pelo governo federal – sugeriu a senadora.



Heloísa Helena cobrou ação efetiva do Senado contra miséria e fome

Oposição aplaude crítica

Em aparte, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) disse estar compartilhando a indignação da senadora diante da “violência contra a humanidade” mostrada pela TV Record no Nordeste e ressaltou distorções como a de um pai de família que havia colaborado para a frente de trabalho e que por não ter título de eleitor daquele município foi cortado do programa de fornecimento de cesta básica do Comunidade Solidária.

A senadora Marina Silva (PT-AC) estranhou o quanto algumas leis são cumpridas à risca, enquanto “os direitos que estão na Constituição são desrespeitados”.

Por sua vez, o senador Lauro Campos (PT-DF) disse que há quatro anos nutria a esperança de ouvir um discurso com “a coragem e a lucidez” que a senadora Heloísa Helena trazia ao Senado.

O senador Gilvam Borges (PMDB-AP) discordou da responsabilidade exclusiva atribuída por Heloísa Helena ao presidente da República em relação a problemas que classificou como “velhos e crônicos”. “V. Exa. sabe que o presidente da República teria, sem sombra de dúvida, a alegria, o prazer, como homem público, de resolver com uma varinha de condão todos os problemas”, observou.



RESULTADO DA ORDEM DO DIA

TERÇA-FEIRA, 16 DE MARÇO DE 1999

1

Proposta de Emenda à Constituição nº 1, de 1999 (nº 526/97, na Câmara dos Deputados). Presidente da República. Acrescenta parágrafo único ao art. 98 e altera as alíneas “i” do inciso I do art. 102 e “c” do inciso I do art. 105 da Constituição federal (criação juizados especiais - habeas corpus tribunal superior STF e tribunal estadual STJ). Parecer nº 57/99-CCJ, Relator: Senador José Fogaça, favorável.

Resultado: Encerrado o primeiro dia de discussão, em segundo turno. A matéria retorna à Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de hoje.

2

Projeto de Decreto Legislativo nº 26, de 1998 (nº 483/97, na Câmara dos Deputados). Renova a permissão da Rádio Barriga Verde FM, na Cidade de Florianópolis (SC). Parecer nº 646/98-CE, Relator ad hoc: Senador Joel de Hollanda, favorável.

Resultado: Aprovado. Votaram sim: 50, não: 00, abst. 11, total: 61. À promulgação.

3

Projeto de Decreto Legislativo nº 29, de 1998 (nº 485/97, na Câmara dos Deputados). Renova a concessão da Rádio Sertão Central OM, de Senador Pompeu (CE). Parecer nº 615/98-CE, Relator ad hoc: João França, favorável, com abstenção da senadora Benedita da Silva.

Resultado: Aprovado. Votaram sim: 53, não: 01, abs: 10, total: 64. À promulgação.

Fonte: Secretaria Geral da Mesa

Marina propõe que Senado debata o pacto federativo

Líder do Bloco Oposição considera que espírito descentralizador da Constituição de 1988 está sendo distorcido pelo governo federal

A líder do Bloco Oposição, senadora Marina Silva (PT-AC), conclamou ontem o Senado a exercer seu direito constitucional de liderar as discussões sobre o pacto federativo, justamente por representar os estados da Federação. "Enfrentar a crise não é somente aplicar a receita que nos impõe o FMI, é também mostrar criatividade para obter bons resultados sociais", afirmou.

Marina Silva relatou os debates do seminário realizado na Assembléia Legislativa de Minas Gerais, ao qual compareceram a historiadora Aspásia Camargo, o deputado Aloísio Mercadante e autoridades mineiras, inclusive um representante do governador Itamar Franco. "Foi lançada a Frente Parlamentar pela autonomia dos estados para selar o compromisso de reverter a tendência de centralização de recursos, que vem sendo a tônica do governo Fernando Henrique Cardoso", informou.

Para a senadora pelo Acre, foi mérito dos governadores de oposição ter conseguido reabrir o debate sobre a dívida dos estados, contra a posição intransigente do governo fe-



Marina Silva diz que enfrentar a crise é também mostrar criatividade para obter bons resultados sociais

deral, que insistia no cumprimento dos acordos já assinados. "Agora chegou a hora de o Senado liderar essa discussão, por ser o foro competente para reavaliar os dispositivos da Constituição de 1988, descentralizadora de recursos e obrigações, que estão sendo distorcidos pelo governo federal", enfatizou.

Marina Silva disse que durante o seminário sugeriu que cada governador apresente, até o dia 1º de maio, uma

agenda social com medidas para melhorar o atendimento à saúde e à educação, combater o desemprego e preservar o meio ambiente, em seus respectivos estados. "O exemplo já está sendo dado pelo governador do Acre, Jorge Viana, que defende não ser possível desistir de atender o social apenas porque estamos vivendo tempos de escassez de recursos. É preciso mostrar criatividade para operar em tempos de crise", concluiu.

Hartung sugere urgência para a Lei de Responsabilidade Fiscal

Ao falar das dificuldades financeiras que os estados e municípios enfrentam, o senador Paulo Hartung (PSDB-ES) manifestou ontem seu apoio à urgência no debate e aprovação da Lei de Responsabilidade Fiscal. Antecipando a discussão, ele revelou que será um "firme opositor" à tentativa da União de "recentralizar" recursos e defendeu que sejam criadas "normas e balizamento" para a liberação de verbas federais para estados e municípios.

Sobre a rolagem das dívidas, Paulo Hartung reclamou que, tanto no caso dos estados quanto no dos municípios, as unidades mais ricas têm sido as maiores beneficiárias. Para exemplificar a afirmação, citou relatório do Banco Central que calculou que mais de 90% da dívida mobiliária dos municípios estão concentrados nas prefeituras de São Paulo, Rio de Janeiro, Campinas, Guarulhos e Osasco:

— O agravante é que esses programas de refinanciamento não prevêm incentivos às unidades federativas superavitárias e saneadas. Enquanto estados e municípios endividados contam com vantagens inquestionáveis, o Conselho Monetário Nacional impede os que estão com suas contas equilibradas de contraírem financiamentos

Hartung defende criação de fórmula para premiar administradores austeros



para investimentos. Ou seja, a política em curso penaliza os bons administradores e contempla os maus — observou Paulo Hartung.

MP 1.811

O senador também explicou os objetivos das cinco emendas que apresentou à Medida Provisória 1.811, que estabelece critérios para o refinanciamento das dívidas dos municípios junto à União. Segundo ele, suas propostas visam restaurar a competência do Senado na questão do endividamento de estados e municípios, excluir da relação de débitos renegociáveis as antecipações de receitas orçamentárias (ARO) e os títulos públicos emitidos para pagamento de precatórios e "fazer justiça" às unidades da Federação que estão com suas contas organizadas.

— Mas o mais importante é que sejam excluídas das normas de contingenciamento de crédito ao setor público, emitidas pelo Conselho Monetário Nacional, as operações de interesse dos municípios que já se adequaram administrativa e financeiramente às exigências da MP em questão. Trata-se de um reconhecimento do bom trabalho realizado por esses administradores — justificou Hartung.

Além de premiar as administrações austeras, segundo o senador, a flexibilização do crédito a municípios saneados atuaria como medida antirecessiva, permitindo a retomada do fluxo de recursos da Caixa Econômica Federal e do BNDES para obras de urbanização, transporte, saneamento e programas sociais.



Ronaldo condena uso de critérios diferentes para municípios do Nordeste e de outras regiões

Ronaldo cobra tratamento igual para municípios

O senador Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB) pediu ao governo federal um tratamento equânime e igualitário para os municípios do Nordeste, e de forma especial os da Paraíba, com relação aos critérios para a consolidação, assunção e o refinanciamento, pela União, da dívida pública mobiliária e outras de responsabilidade dos municípios, conforme a Medida Provisória nº 1.811. Ele fez essa manifestação durante aparte ao discurso do senador Paulo Hartung (PSDB-ES).

Para Ronaldo, não é justo que se usem dois pesos e duas medidas, estimulando concessões maiores a municípios inadimplentes em detrimento dos municípios adimplentes, de acordo com sua capacidade de endividamento público. Ainda para o par-

lamentar paraibano, não podem os municípios do Centro-Sul ter deferências especiais ante os municípios da região nordestina.

O senador enfatizou que não se deve perder de vista o comportamento de governadores que prejudicam os municípios, cujos prefeitos não "rezam em sua cartilha política", citando o exemplo do atual governador da Paraíba, que segundo Ronaldo "puniu e penalizou" com a redução do ICMS os maiores municípios da Paraíba, João Pessoa e Campina Grande.

VISITA

O primeiro-secretário do Senado, Ronaldo Cunha Lima, fará hoje, às 9h, visita de serviço à Secretaria Especial de Editoração e Publicações e à Usina Geradora de Energia Elétrica.

Senador quer compensação para austeridade nos estados

O senador Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO) pleiteou ontem compensações para estados que, como Tocantins, têm cumprido suas obrigações para ajudar a União a fazer seu ajuste fiscal. Afirmado que o governo federal começou a apontar soluções para socorrer estados em grandes dificuldades, ele observou que um desses caminhos são compensações financeiras para quem demitir funcionários públicos:

— Certamente é um mecanismo para beneficiar os estados que não estão cumprindo a Lei Camata, certamente outro mecanismo para beneficiar os perdulários e, desta vez, sacrificando empregos, já tão raros neste país — analisou o parlamentar.

Ele quis saber o que o governo federal vai fazer com estados que vêm cumprindo rigorosamente suas

obrigações. "O que fazer com estados que não têm banco estadual quebrado? Quais são os mecanismos que serão oferecidos a estados como Tocantins, que gasta apenas 43% de sua receita com pessoal?", questionou ainda o senador.

Eduardo Siqueira Campos afirmou que essa é uma preocupação da população tocantinense, consciente de que, como esse estado não era território federal, não possui um só funcionário público pago com recursos da União.

Além de reclamar investimentos da União em obras de infra-estrutura básica de Tocantins, o senador afirmou que seu estado é o único da Federação a não ter uma universidade federal. Para o parlamentar, o Tocantins é definitivamente um credor da União.



Eduardo Siqueira Campos lembrou que Tocantins não tem servidores pagos com dinheiro da União

CAE aprova recursos para melhoria de bairros

Com financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento, programa prevê aplicação em obras de saneamento e habitação nos grandes centros urbanos e está pronto para ser apreciado pelo plenário

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem parecer favorável do senador Pedro Piva (PSDB-SP) à contratação, pela União, de empréstimo de US\$ 250 milhões junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). O dinheiro destina-se ao financiamento do Programa Melhoria de Bairros (Habitat-Brasil), para aplicação em saneamento e urbanização. A matéria será ainda apreciada em plenário.

A CAE também aprovou requerimento do senador José Eduardo Dutra (PT-SE) solicitando informações junto à Secretaria de Desenvolvimento Urbano – gestora do programa – quanto ao número de projetos aprovados, assim como a quantidade de pessoas beneficiadas. Dutra considerou exagerados os valores previstos para custos administrativos (US\$ 20 milhões) e, principalmente, para o item chamado “desenvolvimento institucional” (US\$ 62,5 milhões), cuja função afirmou desconhecer.

O senador José Fogaça (PMDB-RS) considerou procedentes as dúvidas de Dutra, mas argumentou que o empréstimo já está sujeito a condições e controles estabelecidos pelo próprio BID e que a contrapartida da União e dos municípios garantiria a aplicação dos recursos em situações de carência social comprovada. Fogaça lembrou ainda que a entrada dos recursos irá gerar um clima favorável ao Brasil na crise que atravessa.

O senador Paulo Hartung (PSDB-ES) lamentou a tramitação do projeto no Congresso, que considerou lenta. Afir-

mou que as indagações de Dutra eram pertinentes, mas defendeu a aprovação do parecer, já que o projeto trata de “questões centrais” da miséria nos grandes centros urbanos.

Ao defender seu relatório, Pedro Piva lembrou que o empréstimo está sendo oferecido ao Brasil em um momento em que o país sofre pela grande carência de recursos. Já o senador Paulo Souto (PFL-BA) informou que o item “desenvolvimento institucional” era utilizado na organização das comunidades atendidas pelo programa, que é administrado de forma descentralizada.

O presidente da comissão, senador Fernando Bezerra (PMDB-RN), esclareceu que a votação favorável do requerimento não prejudicaria a aprovação do projeto. Ambos obtiveram apoio unân-

me. O relatório indica que o custo total do programa é de US\$ 417 milhões, sendo US\$ 167 milhões da contrapartida da União. Além dos custos administrativos e de desenvolvimento institucional, US\$ 2,5 milhões serão destinados ao Fundo de Inspeção e Vigilância do BID.

Fogaça quer tirar projeto da pauta

O senador José Fogaça pediu a retirada de pauta do projeto de lei da Câmara que concede compensação financeira aos estados e municípios que produzem energia elétrica em centrais nucleares. O projeto estipulava que essa compensação seria de 1,5% sobre o valor da energia elétrica produzida. Fogaça apontou a

necessidade de uma maior negociação sobre o projeto, principalmente com relação à divisão dos recursos.

Pela proposta, 10% da contribuição seriam destinados ao estado onde a usina estiver localizada; 75% ao município onde estiver sediada; e 15% divididos entre os municípios limítrofes.

Bezerra pede agilidade nas reuniões sobre o *bug* do milênio

O presidente da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), senador Fernando Bezerra (PMDB-RN), defendeu ontem maior agilidade na elaboração de uma agenda conjunta de reuniões entre a CAE e a Comissão de Educação (CE) sobre o *bug* do milênio – o problema da mudança de datas nos computadores, que pode confundir o ano 2000 com 1900. As reuniões conjuntas foram solicitadas pelo senador Jefferson Péres (PDT-AM).

Fernando Bezerra lembrou que, no setor privado, as grandes corporações já resolveram o problema. Deu três exemplos que poderiam ser levados às reuniões: do Banespa, que há três anos tem 250 pesquisadores investigando o assunto, do grupo Credicard, que já investiu R\$ 20 milhões e espera aplicar mais R\$ 7 milhões, e do Bradesco, que já empregou R\$ 43 milhões para a solução do proble-



Bezerra lembrou que, no setor privado, as grandes corporações já resolveram o problema

ma, com previsão de investir outros R\$ 9 milhões.

Citando dados em que se baseou Jefferson Péres em sua solicitação, Fernando Bezerra mencionou pesquisa da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) se-

gundo a qual 57% dos 420 estabelecimentos consultados têm sistemas de computadores que podem ser afetados pelo *bug* do milênio.

COMITÊ

O presidente da CAE lembrou que o comitê criado pelo governo para tratar do assunto somente começou a funcionar em 1998. No setor público, as maiores possibilidades da ocorrência de problemas estão no Banco do Brasil, na Caixa Econômica Federal e no Banco Central. Também as áreas de Saúde e Previdência podem ser afetadas.

Segundo Jefferson Péres, a data limite de 30 de junho deste ano para que todas as soluções sejam implementadas deverá ser ultrapassada. Ele sugeriu que a série de reuniões conjuntas proposta seja reduzida para uma reunião apenas, com a presença de representantes de todas as áreas afetadas, visando a uma solução mais rápida para o problema.



Mesmo acolhendo o projeto, a CAE quer informações sobre a quantidade de pessoas beneficiadas pelo programa

Reforma da Previdência nos estados terá US\$ 29 milhões

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), presidida pelo senador Fernando Bezerra (PMDB-RN), aprovou ontem pareceres favoráveis a operações de crédito externo no valor total de até US\$ 29 milhões destinadas aos fundos de previdência dos estados e ao meio ambiente.

O primeiro parecer aprovado, do senador Paulo Souto (PFL-BA), autoriza operação de crédito externo no valor de até US\$ 5 milhões, junto ao Banco Mundial, para financiamento parcial do Programa de Apoio à Reforma de Sistemas Estaduais de Previdência.

De acordo com Paulo Souto, o projeto pretende viabilizar, nas áreas financeira e atuarial, os sistemas de previdência estaduais. Os recursos também serão utilizados em programas de assistência técnica e reformulação desses sistemas. Os fundos, observou ainda o senador, deverão ser responsáveis pela absorção de pagamentos dos inativos e pensionistas, liberando recursos dos tesouros estaduais, que atualmente estão muito comprometidos com tais despesas.

– Entendo que esse projeto é da maior relevância para o governo federal, uma vez que o fortalecimento fiscal dos estados e do Distrito Federal repercute diretamente no conjunto da nação – disse o relator.

As condições de pagamento do empréstimo foram consideradas boas pelo senador. Tendo como coordenador técnico o Ministério da Previdência Social, a operação de crédito fixa juros de 0,5% ao ano acima da Libor

semestral para dólares dos Estados Unidos, incidentes sobre o valor principal do empréstimo, a partir de cada desembolso.

O prazo de desembolso é 31 de dezembro de 2001 e as condições de pagamento incluem 20 parcelas semestrais, sendo que a primeira vence no dia 15 de março de 2004 e a última em setembro de 2013.

Tendo como relator o senador Jonas

Pinheiro (PFL-MT), o segundo parecer aprovado autoriza crédito externo de até US\$ 24 milhões junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) destinado ao financiamento do Programa de Apoio ao Fundo Nacional do Meio Ambiente, em sua segunda fase da primeira etapa de estruturação.

Os executores desse programa são o Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal, e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama). O prazo de desembolso é de três anos a partir da vigência do contrato e a amortização será em 40 parcelas semestrais.

De acordo com Jonas Pinheiro, o programa está incluído no Plano Plurianual 1996/1999, com objetivo de “promover a parceria entre o Poder Público e a sociedade civil para a conservação da diversidade biológica, utilização sustentável de seus componentes e repartição justa e equitativa dos benefícios dela decorrentes”. As duas matérias serão apreciadas ainda pelo plenário do Senado.



Paulo Souto lembra que fortalecimento dos estados beneficia União

Jucá defende reeleição de reitores universitários

Projeto de autoria do senador Romero Jucá (PSDB-RR) modifica a lei que disciplina o processo de escolha de dirigentes universitários, introduzindo a possibilidade de recondução aos cargos. A lei original veda aos dirigentes o exercício de mandatos consecutivos.

A proibição, na opinião do senador, é discriminatória e impede que reitores, vice-reitores, diretores e vice-diretores possam "continuar prestando bons serviços à entidade que coman-



Romero Jucá

dam somente pelo fato de já estarem no exercício do cargo".

Na justificativa do projeto, Jucá afirma que, depois de aprovado o instituto da reeleição para todos os níveis do Poder Executivo, é "inconcebível a manutenção de dispositivo tão anacrônico" na legislação que trata da escolha dos dirigentes universitários. A matéria foi encaminhada à Comissão de Educação, que a examinará em caráter terminativo.

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

HOJE

6h55 – Senado em Pauta
7h – Saúde Todo Dia – Biodança
7h30 – Especial Unip – Gripes e resfriados – 1ª parte
7h55 – Senado em Pauta
8h – Saúde Todo Dia – Ginástica Olímpica
8h30 – Jornal do Senado
8h55 – Senado em Pauta
9h – Cores do Brasil – Dendê da Bahia
9h30 – Entrevista – O senador José Fogaça fala sobre imunidade parlamentar
9h55 – Senado em Pauta
10h – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (ao vivo) – Em destaque: Indicação do senador Hamilton Carvalhido para compor o STJ
12h30 – Entrevista – O senador José Fogaça fala sobre imunidade parlamentar
12h55 – Senado em Pauta
13h – Cores do Brasil – Diamantina
13h30 – Agenda Econômica – O juiz do TRT/MG, Antônio Álvares da Silva, fala sobre a Justiça do Trabalho
14h30 – Sessão Plenária (ao vivo) – Em destaque: Discussão em 2º turno da proposta de emenda constitucional que permite a criação de juizados especiais na Justiça Federal
18h30 – Entrevista – O senador José Fogaça fala sobre imunidade parlamentar
19h – Agenda Econômica – O juiz do TRT/MG,

Antônio Álvares da Silva, fala sobre a Justiça do Trabalho

20h – Cores do Brasil – Sergipe
20h30 – Entrevista – O senador José Fogaça fala sobre imunidade parlamentar
21h – Jornal do Senado
21h15 – Agenda Econômica – O juiz do TRT/MG, Antônio Álvares da Silva, fala sobre a Justiça do Trabalho
21h55 – Senado em Pauta
22h – Sessão Plenária (reapresentação)

RÁDIO SENADO FM

HOJE

8h – Agenda Senado. Em seguida – Música e informação
10h – Comissão de Constituição e Justiça (ao vivo). Em seguida – Música e informação
14h30 – Sessão Plenária (ao vivo). Em seguida – Música e informação
19h – "A Voz do Brasil". Em seguida – Música e informação
20h30 – "Senado em Linha Direta – Edição Nordeste". Em seguida – Música e informação
21h – "Senado em Linha Direta – Edição Norte/Centro-Oeste". Em seguida – Música e informação
21h30 – "Senado em Linha Direta – Edição Sul/Sudeste". Em seguida – Música e informação
0h – Sessão Plenária (reprise). Em seguida – Música e informação

Dinheiro de privatizações pode ser usado contra seca

Projeto de Alcântara destina metade dos recursos obtidos com venda de estatais para obras de combate à estiagem e para o setor de saúde

Projeto de lei do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) determina que pelo menos metade dos recursos provenientes de privatizações feitas pelo governo federal seja destinada, de forma equitativa, para a conclusão de obras contra a seca e para o setor de saúde. A proposta foi despachada à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), que votará a matéria em caráter terminativo:

– A grande quantidade de obras de açudes, barragens e adutoras inacabadas por falta de recursos governamentais acarreta graves prejuízos econômicos e sociais ao país. Essas obras já consumiram grande soma de recursos mas não produzem nada. Além disso, o trabalho realizado se deteriora cada vez mais, o que representa verda-

deira dilapidação do patrimônio público – afirma Alcântara.

O projeto acrescenta dois artigos à lei de 1997 que altera os procedimentos relativos ao Programa Nacional de Desestatização e prevê que, caso a determinação não seja cumprida, o infrator estará sujeito às penas previstas para o crime de peculato.

Alcântara decidiu incluir a destinação de recursos da privatização também para a saúde por acreditar que, mesmo com a Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), o setor ainda ficará carente de verbas para viabilizar atendimento satisfatório à população:

– Entendo que os recursos da privatização devem ser aproveitados para ajudar na solução do problema da saúde e da seca, definindo-se com cla-



Alcântara incluiu a saúde por achar que, mesmo com a CPMF, setor ainda é carente de recursos

reza, e de forma antecipada, onde serão aplicados, de preferência por meio de convênios com estados e municípios – analisa Lúcio Alcântara.

Para Marina, autônomas também devem ganhar salário-maternidade

A senadora Marina Silva (PT-AC) apresentou projeto de lei estendendo o salário-maternidade à trabalhadora autônoma. De acordo com a proposta, o benefício será pago diretamente pela Previdência Social à trabalhadora autônoma em valor correspondente à média dos últimos 12 meses de salário-de-contribuição, respeitada carência de doze meses.

O salário-maternidade, de acordo com a legislação em vigor, é garantido à segurada empregada, à trabalhadora avulsa, à empregada doméstica e à segurada especial, durante 120 dias, com

início no período entre 28 dias antes do parto e a data de ocorrência deste, observadas as situações e condições previstas na legislação em relação à proteção à maternidade.

Na justificativa do projeto, Marina Silva afirma que, assim como é assegurada à trabalhadora empregada a licença-maternidade, é "de justiça social estender o mesmo benefício à autônoma, que, muitas vezes, fica numa situação de desamparo ainda maior e, por isso, é obrigada a abreviar o tempo que passaria junto ao seu filho":

– Na verdade, não há como discri-

minar a mulher trabalhadora autônoma e não lhe permitir a tranquilidade necessária para o acompanhamento e amamentação do recém-nascido – observa a senadora.

Marina Silva acrescenta que não há dúvidas de que a maternidade deve merecer proteção da legislação:

– Ademais, sendo a autônoma segurada obrigatória da Previdência Social, não há que lhe negar tal direito, até porque, recentemente, a trabalhadora rural, que é segurada facultativa e não é assalariada, passou a fazer jus a esse benefício.

Suplicy quer facilitar acesso de ex-presos ao trabalho

Com o objetivo de aprimorar o sistema penitenciário, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) apresentou projeto segundo o qual as empresas executoras de obras e prestadoras de serviços à União, estados e municípios reservarão 1% da mão-de-obra utilizada para empregar os chamados "egressos", cidadãos liberados definitivamente após o cumprimento de pena em estabelecimentos penitenciários. A proposta foi encaminhada ao exame da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

De acordo com o projeto, os governos federal, estadual e municipal poderão celebrar convênios com a iniciativa privada para implantação de oficinas de trabalho referentes a se-

tores de apoio dos presídios.

Na justificativa da proposta, o senador Suplicy lembrou que a assistência ao egresso, pelo prazo de um ano, a contar da saída do estabelecimento, e ao liberado condicional durante o período de prova também é garantida na Lei de Execução Penal:

– Porém, essa Lei de Execução Penal é marcada, hoje, pela falta de instrumentabilidade material e pessoal para sua exequibilidade. Assim, para que essas disposições não fiquem inócuas, é imprescindível que criemos fontes geradoras de trabalho dentro dos presídios e fora deles – esclarece o senador.

Suplicy acrescentou que o projeto in-

Suplicy lembra que dispositivo da Lei de Execução Penal não tem sido aplicado



centiva as empresas a colaborar com o funcionamento do sistema penitenciário, proporcionando melhoria nas condições de vida dos presos e egressos.



COMO SINTONIZAR

TV SENADO

Informações de recepção de sinal para usuários de antena parabólica

- Satélite - B1
- Transponder - 1 BE (Banda Estendida)
- Polarização: Vertical
- Frequência RX (Banda - L) - 1505,75 hz
- Antena - 3,6 m LNB
- Receptor de Vídeo/Audio Digital NTSC/MPEG2 DVB
- Symbol 3,2143MS-S
- SEC 3/4
- Fornecedor: COMSAT - Fone: (019) 772 9600

Informações para repetidoras e operadoras de TV a cabo

- NET BsB - canal 7
- SKYNET - canal 30
- DirecTV - canal 163

RÁDIO SENADO FM

Informações para usuários do sistema Rádio/Sat Digital

Equipamentos necessários:

- Antena parabólica tipo TVRO (telada) de 2,85 m (mínimo) banda C
- Receptor ABR 200, ComStream
- LBN DRO ComStream
- 60 metros (no máximo) de cabo coaxial RG-11, com conectores tipo F

Informações técnicas:

- Frequência de recepção: Banda L 1.465,600 Mhz
- Satélite: Brasilsat B2
- Polarização: Vertical (RX)
- Modo: Joint-Stereo
- Taxa: 128 Kbps-BPSK
- Programação ABR: CC,1,11465600,256000,0 FD 1,17,1,7

Ademir anuncia projeto para erradicar aftosa no Pará

Senador elogia decisão do ministro da Agricultura de adiar ato proibindo pecuaristas paraenses de vender gado para outros estados

O senador Ademir Andrade (PSB-PA) relatou ao plenário ontem a decisão do ministro da Agricultura, Francisco Turra, de adiar para maio a assinatura da portaria proibindo o Pará de exportar gado bovino para outros estados brasileiros, devido à incidência de febre aftosa. "A iniciativa tem enorme significado econômico e social, uma vez que o estado vende 70% de sua produção a outras regiões do Brasil",



Ademir aponta importância da pecuária para o Pará

explicou Ademir.

Segundo o senador, a decisão foi tomada em função da visita que parlamentares e representantes de entidades de classe do Pará fizeram ontem ao ministro, para propor um projeto de erradicação da febre aftosa, no valor de US\$ 1,2 milhão. "Para marcar a nova era do real flutuante, apresentamos o projeto orçado em dólar e acredito que será assim daqui por diante, uma vez que a inflação

está de volta, corroendo os preços e orçamentos", garantiu.

Ademir Andrade afirmou que o Ministério da Agricultura está empenhado em combater a febre aftosa não somente no Pará, mas em outros estados da Federação onde a doença existe. "O bom encaminhamento do problema foi resultado de uma ação de parlamentares estaduais e federais de todos os partidos, conjugada com representantes de grandes e pequenos criadores de gado, bem como de empresários do setor, numa demonstração de que a união em torno de um interesse verdadeiro dá certo", ressaltou.

Antero diz que portaria do Ibama estabelece o caos

Ocupando a tribuna pela primeira vez, o senador Antero de Barros (PSDB-MT) pediu ontem a revogação imediata da instrução normativa editada pelo Ministério do Meio Ambiente e pelo Ibama, que suspende por 120 dias os desmatamentos na Amazônia, inclusive os anteriormente autorizados. Ele acha que essa medida agride a região.

Conforme o parlamentar, a indústria madeireira de Mato Grosso representa a terceira força na geração de empregos do estado, constituindo um setor que "vem sendo punido, com irresponsabilidade, pelo Ibama e pelo Ministério do Meio Ambiente, que, ignorando a Constituição e as leis vigentes, têm editado instruções normativas que violentam o estado de direito".

O senador afirmou não desejar que o órgão seja omissivo na fiscalização ou desatento em relação ao desmatamento irregular da Amazônia. "O que se reivindica – explicou ele – é que os empresários que estão trabalhando corretamente tenham a oportunidade de continuar atuando no estado de Mato Grosso e na Amazônia."

Na opinião de Antero de Barros, essa instrução normativa provocará a falência de uma grande região de Mato Grosso, que abrange pelo menos 30 municípios; por isso, ele entende que não pode ser mantida a suspensão por 120 dias dos desmatamentos. O senador exigiu respeito aos madeireiros, pedindo que eles "não sejam tratados como bandidos, porque medidas

como essa desrespeitam quem está trabalhando".

O parlamentar considerou grave que essa decisão não constitua sequer medida provisória, mas uma portaria do Ministério do Meio Ambiente e do Ibama, "estabelecendo o caos". Isso porque, garantiu, é um caos o que está ocorrendo hoje em Mato Grosso, com a interdição da BR-163 em protesto contra a portaria. Em sua opinião, essa restrição é incompatível com o que o governo federal ali tem realizado para fazer com que a região seja produtiva.

Antero de Barros lembrou que a BR-163 é um dos projetos do programa Brasil em Ação, lançado pelo presidente Fernando Henrique Cardoso. Também recordou que Mato Grosso é o maior produtor de soja do Brasil, devendo a rodivia levar essa produção ao estado do Pará, colocando-a 5 mil milhas marítimas mais perto do mercado internacional. "Portanto, acredito que a medida do Ibama e do Ministério do Meio Ambiente é incompatível com esse momento", acrescentou.

Em aparte ao pronunciamento de Antero de Barros, o senador Ramez Tebet (PMDB-MS) disse que a agricultura brasileira passa por um momento muito delicado e que os agricultores estão querendo trabalhar. "Não se pode, de uma hora para outra, sem o exame da realidade vivida pelos agricultores, sair por aí amedrontando-os", aconselhou.



Antero pede respeito aos que trabalham corretamente



Marluce Pinto afirma que a região não pede favores

Marluce quer criar comissão permanente da Amazônia

A senadora Marluce Pinto (PMDB-RR) apresentou ontem projeto de resolução para criar, no âmbito do Senado, uma Comissão Permanente da Amazônia. "A região há muito deixou de ser preocupação somente brasileira para se transformar em interesse internacional", afirmou.

Para Marluce, as áreas vazias da Amazônia representam o lugar propício para assentamento de parte dos 400 mil trabalhadores rurais que formaram o Movimento Sem-Terra. "Por que não incrementar recursos que promovam uma ocupação racional da Amazônia?", indagou.

A senadora por Roraima afirmou que o Norte não quer favores. "Queremos igualdade de tratamento. Precisamos de recursos para projetos que interiorizem o desenvolvimento, implantando atividades econômicas voltadas para a ampliação dos mercados interno e externo", enfatizou.

Em aparte, o senador José Alencar (PMDB-MG) lembrou as riquezas minerais da região. O senador Maguito Vilela (PMDB-GO) afirmou que "a Amazônia não é problema, é solução" e Luiz Estevão (PMDB-DF) enfatizou "as reservas de flora e fauna, a medicina de amanhã".

Mestrinho denuncia ação internacional contra o desenvolvimento amazônico

O senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM) denunciou ontem que interesses internacionais atuam contra o desenvolvimento da Amazônia para evitar concorrência nos mercados de minerais e de madeiras. Acrescentou que representantes do Primeiro Mundo vêm lutando pelo esvaziamento da região, para que ela fique "eternamente no primitivismo".

– Para isso, usam de todos os meios. Desenvolvem falsas teorias, inventam fatos, influem em nossas decisões internas, exigem medidas docilmente aceitas, acenam com projetos, tudo com a finalidade maior: engessar a Amazônia – protestou.

Na opinião do senador pelo Amazonas, a política de utilização da floresta seria benéfica para todos, menos para os "donos do cartel que controla os negócios de madeira no mundo". Ele disse que a floresta pode ser manejada em seu próprio benefício, sem sacrificar a população da região e ainda reduzindo a emissão de gás carbônico e outros gases existentes na atmosfera.

Gilberto Mestrinho posicionou-se contra a derrubada da floresta para pasto e também para o plantio de soja, explicando que a região amazônica dispõe de muitos cerrados e campos naturais que podem ser utilizados para essas atividades. Na sua opinião, a vocação da Amazônia é a árvore: o plantio de espécimes oriundos da própria região e o enriquecimento da floresta.



Mestrinho: Primeiro Mundo age para esvaziar a Amazônia

Outra crítica apresentada pelo senador foi à má utilização dos recursos minerais. Para Mestrinho, o negócio de minério é controlado e monopolizado.

O senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) anunciou, em aparte, que os senadores da região se reuniram e resolveram criar a Frente Parlamentar da Amazônia. A senadora Marluce Pinto (PMDB-RR) falou de sua preocupação com os baixos investimentos do governo federal na região.

Para o senador Bernardo Cabral (PFL-AM), muitos falam da Amazônia mas não a conhecem "com a sola dos pés". Ele concordou que os países do Primeiro Mundo querem que o Brasil continue apenas contemplando a região, sem utilizar suas riquezas.

O senador Romero Jucá (PSDB-RR) conclamou os demais parlamentares da região a trabalharem na busca de um projeto de desenvolvimento auto-sustentável para a Amazônia. A senadora Marina Silva (PT-AC) ressaltou que qualquer investimento na região deverá ter preocupações com a questão social, o crescimento econômico, a sustentabilidade e a preservação ambiental.

Já o senador Moreira Mendes (PFL-RO) elogiou a "atitude corajosa" de Mestrinho e comprometeu-se a apoiar todas as iniciativas em favor da região. O senador Arlindo Porto (PTB-MG) enfatizou a necessidade de o Brasil desenvolver-se, principalmente no momento difícil que atravessa.

Suplicy se solidariza com Luciano e Zezé di Camargo

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) se solidarizou ontem em plenário com a família dos cantores Luciano e Zezé di Camargo, cujo irmão Wellington se encontra seqüestrado há três meses. Depois de conversar por telefone com os irmãos, o senador informou que eles virão ao Senado amanhã para um encontro com senadores.

O caso, conforme o senador, entrou numa fase muito difícil, pois os seqüestradores chegaram ao ponto de cortar um pedaço da orelha de Wellington Camargo para provar que ele está vivo. Além disso, continuou Suplicy, o apresentador Carlos Massa, o Ratinho, lançou em seu programa televisivo a idéia de arrecadar dinheiro para o pagamento do resgate. "Depois disso, os seqüestradores suspenderam as negociações e até entraram em contato com a produção do programa para saber quanto



Eduardo Suplicy

o apresentador poderia arrecadar", disse o parlamentar.

Em aparte, o senador Maguito Vilela (PMDB-GO) informou ter visitado a família dos cantores no último fim de semana, em Goiânia, e constatado que tudo tem sido feito para a libertação de Wellington Camargo.

Já o senador Luiz Estevão (PMDB-DF) sugeriu, depois de lembrar o seqüestro de sua filha, que a legislação brasileira seja mudada para tornar indisponíveis os bens das famílias vítimas de seqüestro, a exemplo do que foi feito na Itália. "Não há covardia maior do que a desses criminosos, não há dor maior para uma família que tem um parente seqüestrado", disse Luiz Estevão.